



Canal Energia - 21 Set 2004

CBIEE volta a defender permanência do IGP-M para contratos do setor

Estudo apresentado pela entidade ao MME mostra que diferença entre curvas do IGP-M e IPCA é quase nula no longo prazo

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, voltou a defender nesta terça-feira, dia 21 de setembro, a permanência do IGP-M como indexador de correção nos contratos que serão firmados nos leilões regulados pelo governo. A argumentação foi feita após o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, dizer que o governo deverá propor a adoção do IPCA como indexador dos contratos. A proposta estará na minuta do governo.

Segundo Sales, não faz sentido o governo mudar um índice (IGP-M) que é bem aceito e consolidado do ponto de vista financeiro. "Em carta encaminhada ao MME, apontamos que a diferença entre as curvas dos dois índices é quase nula no longo prazo e, no curto prazo, o IGP-M pode ter uma correção menor que o IPCA", ressaltou.

No documento, explicou ele, a diferença entre as curvas em um cenário de longo prazo é de 0,14%, enquanto que, em um período de três a quatro anos, a correção pelo IGP-M pode ser menor que pelo IPCA.

Ao participar de evento no Rio sobre *project finance* no setor elétrico, o executivo mostrou que poucos projetos de grande porte conseguiram fechar financiamento de *project finance*, recentemente. Ele citou como caso de sucesso o projeto de Canabrava (69 MW), que conseguiu recursos na modalidade *project finance* do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para Sales, a principal dificuldade é o momento pelo qual o setor está passando.

"Estamos passando por um período de transição e as instituições privadas ainda não sentem segurança em conceder financiamento deste tipo, exigindo garantias reais para liberação de recursos", observou. O executivo destacou os riscos ambientais, sociais, econômicos e de marco regulatório com pontos observados pelas instituições financeiras na hora de aprovar um negócio de *project finance*.

Uma mostra de que o setor ainda não demonstra segurança aos bancos é o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas. Segundo Sales, o programa tem todos os pontos para ser desenvolvido na modalidade de *project finance*, mas as condições de transição do setor dificultaram essa aplicação e o BNDES está exigindo garantias reais para financiar projetos do Proinfa. O executivo considerou ainda a importância dos investimentos privados para o setor elétrico.

De acordo com ele, desde 1990, a média anual dos investimentos das estatais em relação ao Produto Interno Bruto foi de 0,1%, muito abaixo do registrado no período entre 1980 e 1990, quando o volume chegou a 0,7% do PIB. Sales destacou também que, no contexto de cenário moderado, o setor elétrico precisa, em média, de R\$ 20 bilhões, por ano, nesta década, para garantir a expansão do sistema.